



Diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues com Presidente do TSE

Nunes Marques destaca papel da PF na segurança das Eleições 2026

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, destacou a importância da atuação integrada entre as instituições para garantir eleições livres, seguras e legítimas durante o Encontro Nacional de Diretores e Superintendentes Regionais da Polícia Federal, realizado nesta quinta-feira (25). Segundo o magistrado, a PF exerce papel estratégico na prevenção e repressão aos crimes eleitorais, na proteção da normalidade do processo e no combate a ameaças à liberdade do voto. O evento reuniu dirigentes da corporação para alinhar o planejamento das ações de segurança para as Eleições 2026, fortalecer a integração entre as superintendências regionais e preparar a instituição para os desafios do processo eleitoral, com a presença de autoridades dos Três Poderes e de órgãos federais.

Colaboradora de Estatal ameaçada com canivete

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) reconheceu a responsabilidade subsidiária da Celesc Distribuição S.A., concessionária de energia elétrica de Santa Catarina, pela indenização por danos morais de uma analista de RH terceirizada feita refém e ameaçada com um canivete por um colega revoltado com salários atrasados. O colegiado entendeu que a empresa responde pela reparação ligada à saúde e à segurança da trabalhadora, mas não pelas demais verbas trabalhistas.

DIVULGAÇÃO/TST



Colega de trabalho ficou revoltado com salários atrasados

Indústria terá de promover igualdade de gênero

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve a condenação da OrtoBom por discriminação contra mulheres em cargos de gerência. A empresa terá de pagar R\$ 300 mil por danos morais coletivos e adotar medidas para ampliar a presença feminina em funções de gestão. Para o colegiado, a ausência de critérios objetivos para promoções e a inexistência de mulheres na gerência evidenciam discriminação indireta, exigindo medidas estruturais para promover a igualdade de gênero na empresa.

E-mail após a morte como testamento

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por unanimidade, que e-mail programado para envio após a morte não pode ser reconhecido como testamento particular sem assinatura e testemunhas. O colegiado afirmou que a flexibilização das formalidades não dispensa requisito essencial de identificação da autoria. O caso envolvia pedido de herança baseado em mensagem eletrônica.

Violência a Imprensa I

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passou a integrar o Grupo de Trabalho Eleitoral do Observatório da Violência contra Jornalistas e Comunicadores Sociais, coordenado pelo Ministério da Justiça. A iniciativa vai monitorar casos de violência contra profissionais da imprensa durante as Eleições 2026 em todo o país.

Violência a Imprensa II

O grupo reunirá órgãos públicos e entidades da sociedade civil para identificar padrões de violência, acompanhar denúncias e propor medidas de prevenção e resposta. O objetivo é fortalecer a liberdade de imprensa e garantir maior proteção aos jornalistas durante todo o processo eleitoral brasileiro, com atuação integrada.

Artigos científicos I

A Comissão Especial de Direito dos Jogos Esportivos, Lotéricos e Entretenimento da OAB avançou na elaboração de um edital, em parceria com a Escola Superior de Advocacia (ESA Nacional), para selecionar artigos científicos. Os textos integrarão um e-book que será lançado na 25ª Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, em novembro.

Artigos científicos II

Como complemento, a comissão também definiu ações para fortalecer a integração entre as seccionais da OAB e estimular a construção de diretrizes conjuntas para o setor. Entre as medidas estão a realização de um encontro presencial em Brasília, em agosto, e a organização de um encontro nacional de presidentes das comissões da área no próximo ano.

Acervo do TST I

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) e a Universidade de Brasília (UnB) firmaram acordo para preservar e modernizar o acervo audiovisual da Corte. O projeto prevê a organização, digitalização, catalogação e atualização tecnológica de 20 mil horas de registros produzidos ao longo das últimas décadas.

Acervo do TST II

As atividades serão desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar da UnB. A iniciativa também inclui capacitação de servidores e estudantes em preservação documental e gestão da memória. Ao fim do projeto, o acervo recuperado ficará disponível ao público, ampliando o acesso a documentos históricos da Justiça do Trabalho e apoiando pesquisas acadêmicas.



Levantamento é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Judiciário acumulou 75,5 milhões de ações em 2025

Relatório "Justiça em Números", do CNJ, mostra queda de 4,3% de processos

Da Redação

O Poder Judiciário encerrou 2025 com 75,5 milhões de processos em tramitação, uma redução de 3,4 milhões de ações em relação ao ano anterior, equivalente a uma queda de 4,3%. Os dados fazem parte do relatório "Justiça em Números", do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O estoque de processos ficou abaixo dos níveis registrados entre 2020 e 2023, período em que chegou a 84,3 milhões.

Apesar da redução do acervo, o Judiciário recebeu 40,9 milhões de novos processos em 2025, o maior volume da série histórica iniciada em 2009 e 1,4 milhão acima do registrado em 2024. Considerando apenas ações originárias dos tribunais, processos de conhecimento e execuções extrajudiciais, foram protocolados 24,7 milhões de processos.

O Índice de Atendimento à Demanda atingiu 110,4%, indicando que, para cada 100 processos distribuídos no ano, cerca de 110 foram baixados. O percentual ficou acima da média dos países monitorados pela Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça (Cepej), de 100,9%. Já a taxa de congestionamento caiu de 63,4% para 62,6%, enquanto a taxa líquida, que desconsidera processos suspensos, sobresta-

dos e em arquivo provisório, recuou para 56,6%, o menor índice da série histórica.

Houve queda de 4,4 milhões de processos de execuções fiscais, equivalente a 21,3%. Mesmo assim, essas ações ainda representam cerca de 22% dos processos pendentes e 45% das execuções em tramitação. A taxa de congestionamento das execuções fiscais ficou em 72,4%, e o tempo médio de tramitação dos processos baixados foi de 8 anos e 2 meses.

O relatório também registra a extinção de cerca de 500 mil processos no Tribunal Regional Federal da 3ª Região relacionados ao FGTS após o julgamento da ADI 5.090 pelo Supremo Tribunal Federal.

Em relação à estrutura, o Brasil possui 8,9 magistrados por 100 mil habitantes, abaixo da média de 18 observada nos países europeus analisados pela Cepej. Em contrapartida, a produtividade média foi de 2.366 processos baixados por magistrado, enquanto a média europeia foi de 252.

A conciliação solucionou 11,2% dos processos em 2025, acima dos 11% registrados no ano anterior. O tempo médio dos processos julgados e baixados foi de 2 anos e 4 meses, enquanto os processos pendentes tinham duração média de 3 anos e 7 meses.